



...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E PERÍODO DE 6 DE MARÇO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE) A 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (valores expressos em milhares de reais - R\$, ou quando de outra forma indicado)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A principal fonte de receitas da Sociedade e de suas controladas são os aluguéis dos lojistas dos shopping centers. De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Sociedade e de suas controladas, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A base de clientes é bastante pulverizada. Por meio de controles internos, a Sociedade e suas controladas monitoram permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída conforme a nota explicativa nº 2.b).

b) Risco de variação de preço

As receitas da Sociedade e de suas controladas são substancialmente decorrentes de aluguéis de lojistas dos shopping centers. Os contratos de aluguel, em geral, são atualizados pela variação anual do IGP-DI, conforme estabelecido nos contratos de aluguel. Os níveis de locação podem variar em virtude de condições econômicas adversas e, com isso, o nível das receitas poderá vir a ser afetado. A Administração monitora esses riscos como forma de minimizar os impactos em seus negócios.

c) Risco de taxas de juros

• Financiamento do BNDES - as controladas ABK e Levan possuem um financiamento com o BNDES destinado à implantação do Internacional Guarulhos Shopping Center, indexado pela variação da TJLP mais juros de 6% ao ano (a título de "spread"). Não foi contratado nenhum instrumento financeiro para efeito de mudança das taxas de juros para fixar as taxas dessa transação.

• Empréstimos para capital de giro - as controladas da Sociedade possuem também uma série de empréstimos e financiamentos captados para capital de giro, incluindo Banco Itaú, Banco Pontual, Banco Industrial e Comercial, etc., conforme mencionado na nota explicativa nº 10, sobre os quais incidem taxas médias de juros de 14.45% ao ano. Não foi contratado nenhum instrumento financeiro para efeito de mudança das taxas de juros para fixar as taxas dessas transações.

Análise de sensibilidade - Empréstimos

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos contratados pela Sociedade:

Operação	Risco	Cenários - juros a incorrer		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remota (iii)
Juros a incorrer sobre empréstimos sujeito à variação do CDI	Alta do CDI	5.740	5.298	4.848
<i>(i) Juros calculados com um incremento anual de 2% (sobre o cenário possível) na taxa do CDI.</i>				
<i>(ii) Juros calculados considerando o CDI de dezembro de 2008.</i>				
<i>(iii) Juros calculados com uma redução anual de 2% (sobre o cenário possível) na taxa do CDI.</i>				

Análise de sensibilidade - CCI's

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IGP-M e TR, únicos indexadores dos empréstimos contratados pela Sociedade:

Operação	Risco	Cenários - juros a incorrer		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remota (iii)
Juros a incorrer sobre empréstimos sujeito à variação do IGP-M	Alta do IGP-M	106.780	92.468	78.365
Juros a incorrer sobre empréstimos sujeito à variação da TR	Alta da TR	150.190	145.159	136.188
<i>(i) Juros calculados com um incremento anual de 2% e 0,5% (sobre o cenário possível) na taxa do IGP-M e TR, respectivamente.</i>				
<i>(ii) Juros calculados com uma projeção média do IGP-M para os próximos 5 anos e variação da TR durante o ano de 2008, conforme Bacen.</i>				
<i>(iii) Juros calculados com uma redução anual de 2% e 0,5% (sobre o cenário possível) na taxa do IGP-M e TR, respectivamente.</i>				

d) Risco de variação da taxa de câmbio

A Sociedade, por meio de controlada, possui financiamentos e saldos a pagar a partes relacionadas contratados em moeda estrangeira no montante de R\$ 18.146. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos desses passivos. Não existem ativos denominados em moeda estrangeira. A controlada da Sociedade não tem pactuados contratos de derivativos para cobertura ("hedge") desse risco.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

22. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

A Sociedade e suas controladas mantêm cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades civis.

Em 31 de dezembro de 2008, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil	1.368
Compreensão de incêndio comum	430.468
Lucros cessantes	87.498
Vendaval/Furacão	36.505
Operações de shopping center	64.485
Danos morais	9.536
Danos materiais	125.215
Empregador	6.568

23. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram pagos honorários de R\$ 3.918 aos administradores, contabilizados como despesas gerais e administrativas (controladora).

24. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram provisionadas R\$ 500 de participações nos lucros e resultados.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de janeiro de 2009 e 16 de março de 2009, a Sociedade, por meio de suas controladas ABK e Levan, efetuaram a liquidação dos empréstimos do sub-crédito B de R\$ 86.724 e do sub-crédito A de R\$ 15.183, respectivamente, junto ao BNDES. A quitação dessas obrigações (sub-crédito A e sub-crédito B), conforme cláusula quinta da Escritura do Aditivo nº 2 à Escritura Pública do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 98.2.248.1.1 prevê a Dispensa do Pagamento do Valor Correspondente ao Sub-Crédito C no valor atual de R\$ 15.095, gerando um desconto financeiro nesse montante.

Em 22 de janeiro de 2009, a Sociedade, efetuou o pagamento parcial do empréstimo junto ao Banco Tricury de R\$ 12.031 restando um saldo de R\$ 5.274.

Em 29 de janeiro de 2009, a Sociedade, por meio de sua controlada Park Shopping, efetuou o pagamento integral do empréstimo junto ao BIC Banco de R\$ 2.669.

Em 30 de janeiro de 2009, a Sociedade, por meio de sua controlada Paulis, efetuou o pagamento parcial do empréstimo junto ao BIC Banco de R\$ 18.473 restando um saldo de R\$ 11.696.

Em 30 de janeiro de 2009, a Sociedade, por meio de sua controlada Send, efetuou o pagamento parcial do empréstimo junto ao BIC Banco de R\$ 19.043 restando um saldo de R\$ 13.235.

A DIRETORIA

Contador: Régis Evandro Bachega
Gerente Contábil - CRC SP 246232/O-6

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

General Shopping Brasil S.A.

São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais, controladora e consolidado, da General Shopping Brasil S.A. e controladas ("Sociedades"), levantados em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendem: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Sociedades; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Sociedades, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, controladora e consolidado, da General Shopping Brasil S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido (controladora), os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras, controladora e consolidada, referentes ao período de 6 de março (data da constituição da Sociedade) a 31 de dezembro de 2007, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, além das demonstrações dos fluxos de caixa, apresentadas como informações suplementares, sobre as quais emitimos parecer em 15 de fevereiro de 2008, com as ênfases similares às descritas nos parágrafos 5 e 6 abaixo e também quanto ao fato dos saldos com partes relacionadas não estarem sujeitos a encargos financeiros. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao período de 6 de março a 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios. No entanto, conforme também mencionado na nota explicativa nº 2, essas demonstrações financeiras incluem as demonstrações dos valores adicionados para fins de comparação.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, em 31 de março de 2007 as Sociedades alteraram a prática contábil para a avaliação de determinados bens do imobilizado (terrenos, edificações e instalações relacionados com as operações de shopping center), que passaram a ser registrados com base em valores de reavaliação, em substituição ao custo de aquisição.

6. A Sociedade está adotando medidas para concluir o processo de registro de determinadas propriedades dos imóveis adquiridos nos cartórios de registro de imóveis apropriados, como mencionado na nota explicativa nº 8. A Administração entende que não serão incorridas despesas relevantes com esses processos nem haverá obstáculos a esses registros.

São Paulo, 6 de março de 2009.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Ismar de Moura
Contador - CRC nº 1 SP 179631/O-2

General Shopping Brasil S.A.

CNPJ nº 08.764.621/0001-53

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E PERÍODO DE 6 DE MARÇO (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE) A 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, ou quando de outra forma indicado)

- (a) O empréstimo ao acionista está sujeito a encargos financeiros de 1% ao mês. Não há prazo previsto para o recebimento.
- (b) Valores antecipados para a CSA como garantia da operação com CCIs, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.
- (c) Na reorganização societária, o capital social da Park Shopping Administradora foi reduzido e será devolvido à então acionista SAS Ventures LLC em 15 parcelas iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em 14 de setembro de 2007. Sobre o total da dívida incidem variação cambial com base no dólar norte-americano e encargos financeiros de 10,5% ao ano.
- (d) Sobre os demais empréstimos não incidem encargos financeiros e não há prazo definido de vencimento.
- (e) Empréstimo para capital de giro captado da empresa Menescal Participações Ltda. em 28 de outubro de 2008 de R\$ 2.196 e em 5 de dezembro de 2008 de R\$ 1.000. Os empréstimos foram liquidados em 16 de fevereiro de 2009 e 16 de janeiro de 2009, respectivamente.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A principal fonte de receitas da Sociedade e de suas controladas são os aluguéis dos lojistas dos shopping centers.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Sociedade e de suas controladas, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A base de clientes é bastante pulverizada. Por meio de controles internos, a Sociedade e suas controladas monitoram permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída conforme a nota explicativa nº 2.b).

b) Risco de variação de preço

As receitas da Sociedade e de suas controladas são substancialmente decorrentes de aluguéis de lojistas dos shopping centers. Os contratos de aluguel, em geral, são atualizados pela variação anual do IGP-DI, conforme estabelecido nos contratos de aluguel. Os níveis de locação podem variar em virtude de condições econômicas adversas e, com isso, o nível das receitas poderá vir a ser afetado. A Administração monitora esses riscos como forma de minimizar os impactos em seus negócios.

c) Risco de taxas de juros

• Financiamento do BNDES - as controladas ABK e Levian possuem um financiamento com o BNDES destinado à implantação do Internacional Guarulhos Shopping Center, indexado pela variação da TJLP mais juros de 6% ao ano (a título de "spread"). Não foi contratado nenhum instrumento financeiro para efeito de mudança das taxas de juros para fixar as taxas dessa transação.

• Empréstimos para capital de giro - as controladas da Sociedade possuem também uma série de empréstimos e financiamentos captados para capital de giro, incluindo Banco Itaú, Banco Pontual, Banco Industrial e Comercial, etc., conforme mencionado na nota explicativa nº 10, sobre os quais incidem taxas médias de juros de 14,45% ao ano. Não foi contratado nenhum instrumento financeiro para efeito de mudança das taxas de juros para fixar as taxas dessas transações.

Análise de sensibilidade - Empréstimos

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos contratados pela Sociedade:

Operação	Risco	Cenários – Juros a incorrer		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remota (iii)
Juros a incorrer sobre empréstimos	Alta do CDI	5.740	5.298	4.848
sujeito à variação do CDI				
(i) Juros calculados com um incremento anual de 2% (sobre o cenário possível) na taxa do CDI.				
(ii) Juros calculados considerando o CDI de dezembro de 2008.				
(iii) Juros calculados com uma redução anual de 2% (sobre o cenário possível) na taxa do CDI.				

Análise de sensibilidade – CCI's

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do IGP-M e TR, únicos indexadores dos empréstimos contratados pela Sociedade:

Operação	Risco	Cenários – Juros a incorrer		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remota (iii)
Juros a incorrer sobre empréstimos sujeito à variação do IGP-M	Alta do IGP-M	106.780	92.468	78.565
Juros a incorrer sobre empréstimos sujeito à variação da TR	Alta da TR	150.190	143.159	136.188
(i) Juros calculados com um incremento anual de 2% e 0,5% (sobre o cenário possível) na taxa do IGP-M e TR, respectivamente.				
(ii) Juros calculados com uma projeção média do IGP-M para os próximos 5 anos e variação da TR durante o ano de 2008, conforme Bacen.				
(iii) Juros calculados com uma redução anual de 2% e 0,5% (sobre o cenário possível) na taxa do IGP-M e TR, respectivamente.				

d) Risco de variação da taxa de câmbio

A Sociedade, por meio de controlada, possui financiamentos e saldos a pagar a partes relacionadas contratados em moeda estrangeira no montante de R\$ 18.146. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos desses passivos. Não existem ativos denominados em moeda estrangeira. A controlada da Sociedade não tem pactuados contratos de derivativos para cobertura ("hedge") desse risco.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

General Shopping Brasil S.A.

São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais, controladora e consolidado, da General Shopping Brasil S.A. e controladas ("Sociedades"), levantados em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendem: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Sociedades; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Sociedades, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, controladora e consolidado, da General Shopping Brasil S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio

líquido (controladora), os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras, controladora e consolidada, referentes ao período de 6 de março (data da constituição da Sociedade) a 31 de dezembro de 2007, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, além das demonstrações dos fluxos de caixa, apresentadas como informações suplementares, sobre as quais emitimos parecer em 15 de fevereiro de 2008, com as ênfases similares às descritas nos parágrafos 5 e 6 abaixo e também quanto ao fato dos saldos com partes relacionadas não estarem sujeitos a encargos financeiros. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao período de 6 de março a 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios. No entanto, conforme também mencionado na nota explicativa nº 2, essas demonstrações financeiras incluem as demonstrações dos valores adicionados para fins de comparação.

22. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

A Sociedade e suas controladas mantêm cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades civis.

Em 31 de dezembro de 2008, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil	1.368
Compreensivo de incêndio comum	430.468
Lucros cessantes	87.498
Vendaval/Fumaça	36.505
Operações de shopping center	64.485
Danos materiais	9.536
Danos materiais	125.215
Empregador	6.568

23. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram pagos honorários de R\$ 3.918 aos administradores, contabilizados como despesas gerais e administrativas (controladora).

24. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram provisionadas R\$ 500 de participações nos lucros e resultados.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de janeiro de 2009 e 16 de março de 2009, a Sociedade, por meio de suas controladas ABK e Levian, efetuaram a liquidação dos empréstimos do sub-crédito B de R\$ 86.724 e do sub-crédito A de R\$ 15.183, respectivamente, junto ao BNDES. A quitação dessas obrigações (sub-crédito A e sub-crédito B), conforme cláusula quinta da Escritura do Aditivo nº 2 à Escritura Pública do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 98.2.248.1.1 prevê a Dispensa do Pagamento do Valor Correspondente ao Sub-Crédito C no valor atual de R\$ 15.095, gerando um desconto financeiro nesse montante.

Em 22 de janeiro de 2009, a Sociedade, efetuou o pagamento parcial do empréstimo junto ao Banco Tricury de R\$ 12.031 restando um saldo de R\$ 5.274.

Em 29 de janeiro de 2009, a Sociedade, por meio de sua controlada Park Shopping, efetuou o pagamento integral do empréstimo junto ao Bic Banco de R\$ 2.669.

Em 30 de janeiro de 2009, a Sociedade, por meio de sua controlada Paulis, efetuou o pagamento parcial do empréstimo junto ao Bic Banco de R\$ 18.473 restando um saldo de R\$ 11.696.

Em 30 de janeiro de 2009, a Sociedade, por meio de sua controlada Send, efetuou o pagamento parcial do empréstimo junto ao Bic Banco de R\$ 19.043 restando um saldo de R\$ 13.235.

A DIRETORIA

Contador: **Régis Evandro Bachega**
Gerente Contábil – CRC SP 246232/O-6

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, em 31 de março de 2007 as Sociedades alteraram a prática contábil para a avaliação de determinados bens do imobilizado (terrenos, edificações e instalações relacionados com as operações de shopping center), que passaram a ser registrados com base em valores de reavaliação, em substituição ao custo de aquisição.

6. A Sociedade está adotando medidas para concluir o processo de registro de determinadas propriedades dos imóveis adquiridos nos cartórios de registro de imóveis apropriados, como mencionado na nota explicativa nº 8. A Administração entende que não serão incorridas despesas relevantes com esses processos nem haverá obstáculos a esses registros.

São Paulo, 6 de março de 2009.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura

Contador - CRC nº 1 SP 179631/O-2

Deloitte.